

# APRESENTAÇÃO

---

Numa sociedade crescentemente complexa, na qual a globalização econômica prima em fragmentar cada vez mais a realidade, ao mesmo tempo em que se esmera em homogeneizar o planeta pela imposição de um pensamento único, o Direito enquanto fenômeno social não pode permanecer estanque. Visões meramente dogmáticas e reducionistas empobrecem a compreensão da realidade, fazendo com que os operadores do Direito e os estudiosos da área jurídica, na lógica excludente do mercado, sejam convertidos em meros consumidores de “pastilhas” jurídicas, pretensamente eficientes para a solução de qualquer lide.

Se o consumismo é o principal fundamentalismo de nosso agitado e estressante século XXI, importa lembrar que a lógica do consumo não é a de satisfazer desejos e necessidades vitais, mas a de produzir artificialmente sempre novos desejos para sempre novos consumos, numa rede de intermináveis e crônicas buscas de satisfação, em que a única totalidade aceita pelo sistema de livre mercado é a “perenidade” de um consumo crescentemente precário e insatisfatório, num contexto em que o valor ainda considerado universal é o dinheiro em estado puro. O perigo, talvez a tendência, que acompanha esse mal-estar consumista da pós-modernidade do terceiro milênio reside no fato de também os intelectuais de nossa época transformarem a busca do saber e da aprendizagem em um produto de mercado que se contenta em distribuir “pílulas de conhecimento” possivelmente bem empacotadas ou, no máximo, em circular em efêmeras e fugazes aparições midiáticas.

Torna-se felizmente mais freqüente a denúncia, amparada no bom senso e autorizada por uma leitura crítica da realidade planetária, de que os espaços de vivência comum e de debates públicos produtores de normatividades emancipatórias estão sendo sistematicamente usurpados e desterritorializados

pelas elites globais, cada vez mais descomprometidas com as necessidades e as demandas do conturbado mundo da vida no qual se situa a maior parte das populações, presas às contingências do local.

Ser “cidadão do mundo” passa a ser privilégio de alguns poucos detentores do grande capital transnacionalizado, os quais não precisam preocupar-se com as vulnerabilidades que drasticamente afetam o imenso pelotão dos despossuídos da dignidade humana básica. Sobra a um Estado-nação em crise a ingente tarefa de construir a cidadania nacional com base nos poucos recursos financeiros que ainda controla, cidadania da qual efetivamente dependem as condições de vida do cidadão comum, ao contrário dos “cidadãos cosmopolitas”. O senso comum teórico dos juristas continua a sustentar despudoradamente essa fábula da “aldeia global”, esquecendo que nela também deveriam ter assento os excluídos e deserdados de toda espécie.

No contexto desse mar revolto de incertezas e inseguranças em termos de sustentabilidade pessoal e coletiva navega também nossa Revista *Direito em Debate*, sem nenhuma pretensão de ter descoberto a rota para um porto seguro. As bússolas e os *Titanics* pós-modernos não garantem mais a tranqüilidade da navegação, embora sejam cada vez mais palpáveis os icebergs contemporâneos: o iceberg financeiro da especulação desenfreada (lucros estratosféricos), o iceberg nuclear (possibilidade real de um ataque nuclear), o iceberg ecológico (aquecimento global e possível explosão das usinas nucleares) e o iceberg social (superfluidade econômica de aproximadamente metade da população da terra), a par de outras possíveis catástrofes globais.

A função de uma revista acadêmica, por modesta que seja, é partilhar a busca de alternativas, certamente acompanhada de posturas polêmicas, por não se pretenderem dogmáticas no contexto da provisoriade das verdades contemporâneas. A busca atenta do saber, mesmo que vulnerável a olhares diversos, constitui uma dialética saudável, sempre melhor que o conformismo dos que se resignam aos ditames do sistema, ideologicamente formatados.

Os colaboradores que integram as reflexões da Revista *Direito em Debate* de número 26 trazem sua participação teórica com o intuito de enriquecer esta caminhada, expondo aos amigos leitores suas preocupações e seu crescimento no campo da pesquisa, razão pela qual ficam expressos os cumprimentos e as congratulações por parte dos responsáveis pela continuidade e pela consolidação da Revista. Permanecem abertas as portas para todos os que se dispõem a caminhar juntos nesse debate em busca de alternativas.

*Darcísio Corrêa*

Presidente do Conselho Editorial

